

A avaliação do ensinar e do aprender na universidade: controle, dissimulação ou (re)construção coletiva

SÔNIA MARA MOREIRA OGIBA

A discussão da avaliação como controle, dissimulação ou (re) construção coletiva, evidencia a posição de quem tem buscado, no seu cotidiano universitário, novos significados para embasar a prática do ensinar e do aprender o conhecimento, a cultura, enfim, a realidade em suas complexas tramas sociais, políticas, econômicas e pedagógicas.

São reflexões construídas a partir de dois níveis: o da sala de aula e o do assessoramento pedagógico, esse realizado com alguns Departamentos e Comissões de Carreira da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a respeito do "Ensinar e do Aprender na Universidade". Essa temática tem sido abordada, nos últimos quatro anos, fundamentada numa concepção de educação emancipatória, construída na década de 80 ao longo da nossa experiência como docente.

Em sala de aula, através da interação-reflexão com nossos alunos, buscamos "negar/afirmar" idéias e práticas com vistas à construção de um saber emancipatório. No assessoramento pedagógico, em conjunto com os professores com os quais trabalhamos, buscamos a descrição-problematização da prática que esses desenvolvem em sala de aula, explicitando tendências e necessidades pedagógicas do ensino na Universidade. Em ambos os níveis, pretendemos o desenvolvimento de uma ação educativa mais refletida e engajada com a dinâmica do todo social no qual o estudante, futuro profissional, irá atuar.

Da interação com estudantes e colegas-professores tem resultado, para eles e para nós, a convicção de que o ensino e a aprendizagem implicam na construção coletiva do conhecimento e resultam em co-responsabilidades. Isto significa que tanto professores como estudantes devem ser os que aprendem. Sujeitos cognitivos

com vivências diversas, realizando aprendizagens diferentes e comuns. São, portanto, agentes críticos do ato de conhecer (Freire, 1986).

No contexto de uma preocupação com a avaliação do ensinar e do aprender na Universidade, essa convicção constituiu-se em eixo organizador e temático das nossas reflexões.

Tornou-se evidente para nós que uma tal responsabilidade abrange a Universidade como um todo e essa em sua relação dinâmica e orgânica com a sociedade em geral. Sem perdermos de vista essa referência básica, enfocaremos, neste texto, a avaliação do ensinar e do aprender no âmbito da sala de aula e suas contradições.

Partiremos da premissa de que a ação educativa, ou seja, aquela que implica em trabalho desenvolvido no "interior-exterior" da sala de aula, decorre de uma estrutura política que se manifesta pela e na relação professor/alunos e alunos entre si. Essa relação é mediada pela realidade na qual vivem.

Outra premissa é a de que, tanto a ação avaliativa, um dos desdobramentos da ação educativa, quanto essa última não podem desconsiderar o fato de que a educação e, por conseguinte, a avaliação são fenômenos da cultura, produtos da "interação entre os homens concretos, perante situações concretas" (Nilo, 1980).

Dessa perspectiva, a ação avaliativa constitui-se numa mediação entre educação e os valores da sociedade, implicando e traduzindo sempre uma determinada visão de mundo, revelando e des-velando o que pensamos sobre os homens, suas relações e as finalidades de suas ações. Como momento mediador que "revela significados", a avaliação não é neutra e está sempre comprometida politicamente com determinado modelo social. Muitas vezes, ela

apresenta-se, dissimuladamente, conforme examinaremos a seguir através de algumas conexões históricas do pedagógico com o social mais amplo.

Avaliação: seleção, discriminação e dissimulação

Uma compreensão mais ampla dos significados, dos problemas e possibilidades da avaliação praticada hoje nas escolas, dentre as quais se destaca as de 3º grau, não pode desconsiderar que "ela se constitui numa ação eminentemente social (...) e como tal é simultaneamente produto social de certo tipo de sociedade e de uma época determinada e condição de desenvolvimento e manutenção deste tipo de sociedade" (Etges, 1986).

Quando se buscam as conexões do pedagógico com o histórico, o que se percebe é que há práticas avaliativas que se repetem através dos tempos, ainda que mudanças e transformações sócio-político-culturais tenham ocorrido. Parece-nos que isso acontece porque a avaliação e a prática pedagógica, enquanto elementos mediadores entre a origem dos indivíduos e seu destino social, têm a intenção precípua de manter a hegemonia da classe dominante. Ao examinarmos a função ideológica da avaliação verificamos que ela tem sido considerada como um dos mais sutis e eficazes instrumentos de controle que as classes dominantes vem dispondo para "alocar" os indivíduos em seus "lugares" sociais.

O exercício da dominação pela avaliação educacional manifesta-se, predominantemente, através do exame que "não é somente a expressão mais legível dos valores escolares e das escolhas implícitas do sistema de ensino: na medida em que ele impõe como digna de sanção universitária uma definição social do conhecimento e da maneira de manifestá-lo, oferece um de seus instrumentos mais eficazes ao empreendimento de inculcação da cultura dominante e do valor dessa cultura" (Bourdieu-Passeron, 1975).

A concretização de tal dominação pode ser encontrada já desde a idade antiga, fortalecendo-se na idade moderna e contemporânea. Na idade antiga, em tribos primitivas, as provas podiam servir para a inclusão dos jovens na vida adulta; na China os exames serviam para preservar a tradição, os costumes e, acima de tudo, a política, pelas possibilidades que esses exames ofereciam de selecionar alguns cidadãos a cargos de poder e prestígio. Entre

os gregos, a maiêutica socrática podia transformar-se num exaustivo inquérito oral em busca da verdade, ou os jogos e as competições atléticas, como em Esparta, podiam servir para os jovens provarem sua resistência à fadiga, à fome, à sede, do calor, ao frio e à dor.

Dessa forma, a avaliação caracterizava-se desde então pela preservação dos usos e costumes, servindo para discriminar o acesso ao saber para alguns e dissimular o fortalecimento do poder constituído (Osowski, 1989).

Na Idade Média, é reforçado esse caráter autoritário e conservador da avaliação, manifestado no valor intelectual e moral daquilo que é ensinado pelo professor. O "método racional" e o "argumento de autoridade" impõem uma verdade ou doutrina que se exterioriza no "magister dixit".

Note-se que até então e estendendo-se ainda pelo início da idade moderna, a avaliação não é considerada como uma função separada do ato de educar. Essa separação emerge no contexto do século XVIII e XIX, favorecendo, através de critérios extra-escolares, o acesso à escola das crianças da classe dominante, em especial, na Europa. Tais critérios passaram a ser combatidos por minorias sociais ou referendados cientificamente, concomitante ao aparecimento da escola igualitária e de acesso a todos, segundo a "ideologia da igualdade de oportunidades" (Etges, 1986).

Com o advento da Idade Moderna e Contemporânea e com o avanço acelerado do desenvolvimento tecnológico na sociedade capitalista, a escola passa a gerar as condições necessárias para o questionamento de uma prática avaliativa seletiva e discriminatória. Todavia, é preciso considerar que a problematização da avaliação escolar resulta das "alterações-exigências" do próprio liberalismo, como matriz filosófica do pensamento educacional que, por um lado, exige a democratização do acesso à escola e a igualdade de oportunidades e, por outro lado, enfatiza o individualismo e a competição.

Isso implicou no refinamento de metodologias e instrumentos avaliativos que favorecessem o desempenho individual, gerando discriminações dissimuladas através do jogo da "igualdade de oportunidades" versus "avaliação" individual do desempenho escolar.

Assim, vemos surgir, neste século, um aparato científico-tecnológico, buscando legitimar práticas avaliativas que traduzissem, dentro do pensamento liberal, os problemas econômicos, éticos e políticos em meros problemas técnicos e administrativos. Tais critérios de

avaliação estão fundamentados numa concepção positivista e taylorista do homem e do trabalho. O "conhecimento" é avaliado formalmente, enfatizando-se a validade, fidedignidade, precisão e a quantidade, entre outros aspectos.

Sob a falsa aparência da "neutralidade" e "objetividade" é conferida à avaliação, na teoria e na prática, o poder de "gerenciar", "administrar" e "controlar" o conhecimento escolar. Na exata medida em que determina O QUE DEVE SABER o aluno, APENAS O QUE DEVE SABER e, ainda a FORMA através da qual deve mostrar que SABE O QUE DEVE SABER, a avaliação educacional dissimula e camufla o controle do conhecimento; dissimulando e camuflando a hierarquização social dos indivíduos.

O contraditório da avaliação: controle do conhecimento ou construção coletiva do ensinar e do aprender

No início deste texto trabalhamos com a hipótese de que a avaliação e a prática pedagógica, tomadas como mediação entre a origem dos indivíduos e seu destino social, têm a intenção precípua de manter a hegemonia da classe dominante. Tal hipótese se sustenta numa outra: o saber escolar, porque possuído de uma direção, corresponde e responde a interesses políticos, cujas raízes estão na necessidade de manter uma estrutura econômico-social, tornando-se (o saber) uma força produtiva sem, no entanto, pôr em risco a organização social do trabalho (Cury, 1985).

Dessa perspectiva e, fundamentalmente, para encobrir tal perspectiva é que a avaliação tem assumido um papel marcadamente "técnico-científico", controlador do conhecimento. Nesse e por esse papel é que se realizam as dissimulações da função social e política da avaliação e da própria educação como instrumento de dominação.

Ao mesmo tempo em que o saber é exigido para o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, adequadas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, tende a ser devolvido a todos no decurso da evolução do próprio capitalismo. Tal situação possibilita rupturas e um saber suscetível de alterar a dominação, o que poderá possibilitar, em conjunto com outros fatores, a emergência de uma nova formação social (Cury, 1985).

A formação de profissionais críticos comprometidos politicamente com a transformação sócio-econômica da sociedade, relaciona-se de

modo substantivo com a reconstrução coletiva do ensinar e do aprender, onde haverá a necessidade de que o conhecimento se construa a partir de uma ação-reflexão orientada pelo compromisso coletivo com a transformação social.

É preciso considerarmos, no entanto, como afirma GRAMSCI (1985, p. 3) que "cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (...)".

Assim, a ação avaliativa tomada como ação dialógica-reflexiva, assume no espaço de sala de aula características que a tornam mediadora do processo de reconstrução, propiciando aos sujeitos envolvidos e atingidos pela prática educativa escreverem e reescreverem sua própria história, enquanto agentes sociais.

É, então, também no espaço contraditório da sala de aula que a aprendizagem e o ensino se tornam práticas emancipatórias.

- o avaliar na Universidade: recortes da experiência de assessoramento pedagógico

Uma reflexão a respeito da prática avaliativa universitária nos leva à origem do ensino superior no Brasil, no sentido de se ter presente suas finalidades e objetivos. Sabemos que, tradicionalmente, esse tem sido mais um transmissor do que produtor de conhecimentos e atitudes que muito pouco, ou quase nada, têm a ver com as necessidades sociais. Privilégio de elites, sua função primordial tem sido a de produzir-reproduzir técnicos acríticos com função social de manutenção da ordem econômica e política desejada por tais elites.

É possível, no entanto, fazer emergir uma prática com finalidades e objetivos opostos, em direção ao desenvolvimento de uma ação educativa engajada e comprometida politicamente com a realidade social na qual o estudante de ensino superior, futuro profissional, deverá atuar.

A partir de um trabalho onde se descreve e se problematiza a prática de sala de aula desenvolvida por colegas-professores da área de Ciências Exatas e Tecnológicas, por exemplo, observamos que a dimensão contraditória entre o "fazer" e o "querer" fazer diferente em relação a uma prática avaliativa emancipatória, possibilita um avanço na construção de um

"saber" capaz de levar a um "fazer" construído coletivamente (Ogiba, 1990).

Da mesma forma, ao contrapormos o dizer do professor com o "dizer" dos Planos de Ensino de um curso da área da Saúde (Ogiba, 1991), verificamos, no bojo de uma prática avaliativa sentenciosa e classificatória, o germe para a sua superação. No plano da ação dialógica, necessária e implícita no fazer pedagógico do professor do Curso de Medicina, convergem elementos capazes de contribuir para a superação da prática avaliativa tradicional. Também encontram-se elementos para superá-la na proposta curricular dessa área de saber: na exigência do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes não passíveis, muitas vezes, de uma mensuração e quantificação empobrecedoras e deturpadoras das ações necessárias a um profissional crítico e competente.

- *o avaliar na Universidade: recortes da experiência em Sala de Aula*

A prática avaliativa que desenvolvemos em nossa sala de aula, entendida "como espaço de compromisso histórico, social e político (...), com vistas à busca de uma nova ordem pedagógica" (Ogiba, 1990), exige rupturas e intervenções em diferentes instâncias.

É necessário que o estudante trate o conhecimento de maneira crítica, re-direcionando seu pensar e agir, no sentido de um comprometimento maior com o todo social e com as suas aprendizagens. Isso significa tentar iluminar, através das "intervenções" na realidade, as condições contraditórias vividas pelo professor e pelos estudantes (participantes ativos dos diferentes momentos do ensinar e do aprender), na busca de um saber construído coletivamente. Implica na co-responsabilidade de ambos em desenvolver uma educação que leva à autenticidade e ao compromisso, libertando-os de condicionamentos deterministas.

Uma sala de aula com tais características, bem como a prática avaliativa que aí se realizam, vão sendo construídas (reconstruídas) na

medida mesmo que a própria prática educativa-emancipatória estiver sendo desenvolvida. Por essa e através dessa prática que o saber emancipatório vai sendo gerado.

Dessa perspectiva, a avaliação se dá num contexto de ruptura-dupla, ou seja, responsável pela construção da "nova ordem pedagógica", a prática avaliativa reconstrói a sala de aula ao mesmo tempo em que se reconstrói a si própria.

Avaliação e emancipação

As idéias e as práticas que orientam a busca de uma educação emancipatória apresentadas neste trabalho, revelam contradições e ações possibilitadoras de uma continuidade-ruptura nas práticas avaliativas e na construção do saber.

Constatamos, pois, que o saber exigido e, em decorrência, a prática avaliativa a serviço da dominação se realizam no contexto de uma unidade contraditória que permeia a sala de aula, espaço de sustentação de diferentes concepções do ensinar e do aprender.

A manifestação de um compromisso com o ensino e com a aprendizagem, na perspectiva de uma educação emancipatória na Universidade, exige a afirmação/questionamento da avaliação como exercício de dominação mediante práticas avaliativas seletivas, discriminatórias e dissimuladoras, bem como a clareza de que a avaliação está embuída também, de forma contraditória, da possibilidade de controlar o conhecimento ou de reconstruí-lo coletivamente. Será preciso romper com o paradigma funcionalista que a tem sustentado da pré-escola à universidade, ao longo de muitas décadas, contrapondo à lógica que o mantém uma outra que "questiona, desvele e critique" o conhecimento dentro da rede que lhe dá significado.

Sendo assim, cabe àqueles (professores, estudantes e administradores) comprometidos em desenvolver uma avaliação emancipatória na Universidade (Osowski, 1991), promover condições concretas de reflexão-ação a respeito do ensinar e do aprender.

* * *

Referências Bibliográficas

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo : Cortez, 1985.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1975. (Cap. 3).

ETGES, Norberto J. Avaliação: controle social e alienação. *Revista de Educação AEC*, Brasília, Ano 15, n. 60, 7-16, abr./jul., 1986.

FREIRE, P. e SHORG, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5ª ed., Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.

NILO, Sérgio V. O desafio da América Latina à teoria e prática da avaliação. In: GOLDBERG, M. A. A., SOUZA, C. P. (orgs.). *Avaliação de programas educacionais: vicissitudes, controvérsias, desafios*. São Paulo : EPU, 1982.

OGIBA, Sonia Mara M. A prática pedagógica universitária: o que dizem e por que dizem professores do IPH/UFRGS. *Reunião Interdepartamental*, Dez., 1990 (mimeo).

_____. Da "DIDÁTICA EM QUESTÃO" nos anos 80 à "Questão da Didática": seu compromisso com a formação do professor. Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 1990. *Dissertação de Mestrado*.

_____. A avaliação do ensinar e do aprender no Curso de Medicina da UFRGS: o "dizer" dos Planos de Ensino. XXIX Congresso Brasileiro de Educação Médica e I Fórum de Avaliação do Ensino Médico, Campinas, Out., 1991 (mimeo).

OSOWSKI, Cecilia I. Os chamados superdotados: a produção de uma categoria social na sociedade capitalista. Porto Alegre : UFRGS/FACED, 1989. *Tese de Doutorado* (Cap. 3).

_____. Avaliação do professor ou da Universidade Pública? Texto apresentado na 6ª CBE - USP/SP. Set., 1991, integrando o Painel "Avaliação (da pré-escola à universidade): dissimulação, controle ou prática emancipatória" (dat.).

* * *

Texto (revisado) apresentado na 6ª CBE - USP/SP. Set., 1991, integrando o Painel "Avaliação (da pré-escola à universidade): dissimulação, controle ou prática emancipatória".

* * *

Sonia Mara Moreira Ogiba é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.